

O “Terceiro Setor” e a execução de programas educacionais: a parceria entre o Governo do Maranhão e o Instituto Airton Senna no Projeto Gestão Nota 10

The “third sector” and the execution of educational programs: a partnership between the Government of Maranhão and the Ayrton Senna Institute in the Project Management Grade 10

Ildoana Paz Oliveira UFMA¹

Adelaide Ferreira Coutinho UFMA²

RESUMO

Propõe-se, neste artigo, analisar a gestão da educação na perspectiva do terceiro setor. Como referência, tornou-se o movimento das políticas educacionais materializadas no contexto da reforma do Estado, no que tange a execução de programas educacionais em parceria do Estado com o terceiro setor. Neste caso específico, discutir os mecanismos que fundamentam a parceria entre a Fundação Instituto Airton Senna e o Governo do Estado do Maranhão, na implantação do Programa Gestão Nota 10 pela Secretaria Estadual de Educação, junto às escolas da rede pública por um período de 05 anos, iniciado em meados de 2009. O referido programa atende 545 escolas, dentre elas, 183 são do Ensino Médio, em 162 municípios maranhenses, contabilizando 242.990 alunos e 6.983 turmas. Na trajetória de exposição do objeto, busca-se, através de sucessivas aproximações, fazer uma análise histórica das políticas sociais de educação em seu movimento. Para isso, retratou-se a relação de parceria entre o público e o privado na gestão da educação, de forma a apreender o movimento da educação em nossa sociedade, em particular no Maranhão, lócus da pesquisa, enquanto política pública, levando-nos a compreender como ocorreu a inserção do terceiro setor na educação, a partir da década de 90. Desse modo, reafirma-se que o presente trabalho tem fundamentação teórico-metodológica pautada no materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Terceiro Setor. Relação Público e Privado. Gestão da Educação. Programa Gestão Nota 10.

¹ Mestre em Educação. Professora do Instituto Florence de Ensino Superior. E-mail: ildoana@uol.com.br.

² Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: adelaide.fc@ufma.br

ABSTRACT

It is proposed, in this article, analyse the management of education in the perspective of the third sector, taking as a reference the educational policy movement materialized in the context of State reform, concerning the implementation of educational programs in partnership with the third sector, aiming to, in this specific case, discuss the mechanisms that underlie the partnership between Fundação Instituto Airton Senna and the Government of Maranhão in implementation of the program Management Grade 10 the State Department of education, along with public schools for a period of 05 years, started in mid-2009. This program meets 545, schools, among them 183 are high school, in 162 maranhense cities, accounting for 242,990 students and 6,983 classes. In the path of the display object, seeks, through successive approximations, to do a historical analysis of social policies of education in its movement, depicting the relationship of partnership between public and private in the management of education, in order to seize the movement of education in our society, in particular in Maranhão, locus the research, while public policy, leading us to understand as the insertion of the third sector in education in the 90's. Thereby, reaffirms that the present study has methodological-theoretical reasoning based on historical materialism dialectic.

Keywords: Third Sector. Public and private relationship. Program Management Grade 10.

Introdução

Pretende-se, no referido trabalho, fazer uma análise acerca do movimento das políticas sociais de educação, considerando-se a inserção do 'terceiro setor' na legitimação de programas voltados para a escola pública. O que é feito no contexto da crise do capitalismo, que implicou de forma decisiva na reforma do Estado e sua trajetória no ordenamento das políticas sociais implementadas na década de 1990, via adoção dos pressupostos neoliberais.

Cabe destacar que a crise do capitalismo deve ser apreendida numa dimensão de totalidade, o que conduz à percepção de um duplo movimento: de conservação (reprodução das relações) e de transformações (rupturas), constituindo, assim, a essência histórica do modo de produção capitalista. Para se desvelar os aspectos que envolvem o atual estágio de desenvolvimento histórico do capitalismo

é necessário compreender que ele se caracteriza em meio a uma multiplicidade de configurações, de maneira conflituosa, contraditória, complexa e heterogênea. (NORONHA apud LOMBARDI, JACOMELI & SILVA, 2005).

O percurso seguido para fundamentar o objeto em estudo parte das seguintes categorias de análise: terceiro setor; relação público e privado; educação pública, Estado; reformas educacionais e gestão da educação. Reforça-se assim, a necessidade de desvelamento de todos esses aspectos, para que se alcance uma análise consistente do objeto, apreendendo seus determinantes de ordem política, econômica, social e ideológica.

Desse modo, as transformações na base produtiva e a emergência do neoliberalismo vão influir decisivamente na reconfiguração do papel da educação nesse novo contexto de hegemonização do capitalismo, que se anuncia a partir da década de 80. Impulsionada principalmente sob esses dois aspectos, a educação sofrerá um amplo processo de transformação no sentido de atender, no âmbito simbólico e prático, o novo papel que se espera que ela venha a assumir. (SOUSA, 2005, p. 4).

Como procedimento de investigação foi feito um levantamento de fontes primárias de cunho documental que informassem sobre o processo de formalização e implantação do Programa Gestão Nota 10. Além disso, realizou-se pesquisa bibliográfica para a revisão de autores que versaram sobre o método e sobre o objeto de estudo e, ainda, buscou-se, através de conversas informais, junto aos profissionais envolvidos no desenvolvimento do programa (gestores escolares, supervisores, pessoal técnico da Secretaria de Educação - SEDUC) coletar dados do programa Gestão Nota 10. O objetivo era compreender os parâmetros norteadores deste programa que se consolida no cenário nacional, como um promotor de mudanças na gestão da educação tendo em vista uma 'gestão nota 10'.

A construção desse trabalho contribuiu para uma análise mais contextual da política educacional no Brasil, decorrente da influência de um projeto de desenvolvimento com base no neoliberalismo assumido, internamente, a partir da década de 90. O início dessa pesquisa foi instigado pelo interesse em perceber as articulações que forjam em nível

micro e macro a constituição das políticas educacionais. O que levou à identificação, nessas articulações, da influência do neoliberalismo e da reestruturação produtiva do capital, no âmbito político e econômico, bem como o contexto em que se dão as relações de parceria entre o público e o privado e, neste caso específico, entre o Governo do Estado do Maranhão e o Instituto Ayrton Senna.

Crise do Capitalismo e da Educação a partir da década de 90

Desde a década de 70, o capitalismo vem mudando sua forma de organização e seu padrão de desenvolvimento do Estado-Nação que, antes, assumia a regulação do mercado e da produção, financiando o desenvolvimento econômico e as políticas sociais. As mudanças introduzidas no desenvolvimento dos estados, a partir da internacionalização econômica e da globalização financeira, trouxe um progressivo enfraquecimento da capacidade de regulação destes, aguçando uma crise econômica do Estado que, *a posteriori*, denominou-se de crise fiscal, abalando, fortemente, os conceitos de administração pública. (MORALES, 1998).

Desta maneira, em resposta à crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital com o advento do neoliberalismo, da privatização das políticas públicas do Estado e a desregulamentação dos direitos do trabalho. Já no final da década de 70, a administração pública tornou-se cada vez mais setorizada e os serviços públicos passaram a ser tratados como políticas públicas, principalmente nos setores da educação, saúde, transporte etc. (OLIVEIRA; ROSAR, 2010).

Para tanto, estabeleceu-se como uma das propostas salvadoras, para a superação da crise, a descentralização das políticas sociais e a focalização das ações do Estado nos grupos sociais mais pobres. Outras alternativas indicadas, alinhavam-se à chamada reforma e reconstrução do Estado, as reconheciam a necessidade de rever o tamanho e o papel do Estado, sem abrir mão de assegurar direitos sociais e bens públicos, enfatizando suas funções de fiscalização, regulação e financiamento. (MORALES, 1998).

Na década de 90, no auge das políticas neoliberais no Brasil, o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), concretizou a reforma do Estado de modo a torná-lo mais ágil e eficiente. Nesse processo de reforma,

propunha-se a descentralização dos serviços que eram de exclusividade do Estado para a sociedade civil organizada, principalmente a execução das políticas sociais, denominando assim um novo setor, o público não estatal (terceiro setor). O 'terceiro setor' são entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que vão realizar parcerias com o Estado na promoção dos direitos sociais, constituindo-se como público não-estatal e atuando como quase-mercado.

Nesse contexto, o terceiro setor passa a falar em nome da sociedade, através da materialização de programas e projetos educacionais, a exemplo do Programa 'Gestão Nota³ 10', cuja meta é fortalecer a gestão escolar tanto no aspecto administrativo quanto pedagógico para que as escolas consigam melhorar os 'indicadores de sucesso' definidos pelo programa em referência. Como ferramenta de trabalho, utiliza-se formulários prontos com indicadores pré-determinados para serem trabalhados nas escolas, definindo, assim, arbitrariamente, a ação da gestão na melhoria das metas. Desse modo, constata-se que tal conduta personifica a disseminação de conhecimento em forma de cesta básica.

Cabe salientar que a inversão de papéis e atribuições entre o Estado e a sociedade civil tem ocasionado diferentes conflitos de responsabilidade. A sociedade civil vem, paulatinamente, assumindo as funções do Estado, nos moldes das políticas neoliberais de fomento ao Estado mínimo. Essas políticas são assumidas pelo Governo Federal, por meio de iniciativas como o desenvolvimento de projetos sociais, de cunho voluntário, tais como 'Amigos da escola', 'Criança Esperança', 'Adote um aluno', 'Alfabetização Solidária'. Estes se multiplicaram, sobretudo, na década de 90, incentivar a participação da sociedade em geral e, ao mesmo tempo, reduzir as atribuições e despesas do Estado para com a educação e demais políticas sociais (SILVA, 2002). Alguns programas e projetos também são induzidos pelo próprio poder público no sentido da responsabilização da sociedade civil em matéria de educação. Um exemplo é a ONG Comunidade Solidária, responsável pelo programa alfabetização solidária, que nasce por iniciativa do governo de FHC.

³ De autoria do Instituto Airton Senna, hoje, presente no Estado do Maranhão mediante convênio de parceria entre o Estado e o Instituto, firmado inicialmente no ano de 2009 em meio à transição entre os governos de Jackson Lago e Roseana Sarney.

De acordo com Cury (1991, p. 101), “[...] a questão entre público e privado vem permeando a educação há vários anos, desde o período em que a sociedade e a igreja disputavam com o Estado o financiamento, controle de qualidade, o ensino etc”. Contudo, a inserção do público não-estatal na educação ganhou força com a injeção de mecanismos da iniciativa privada na gestão da escola pública.

A reforma educacional no Brasil sob a influência da reforma do Estado atribui à educação novos marcos conceituais como a flexibilização, a descentralização e a competitividade, tornando o Estado meramente fiscalizador das políticas educacionais. Embora o termo descentralização seja muito caracterizado no plano da reforma como legitimador da política, corresponde, segundo o discurso neoliberal, à desobrigação do Estado para com as políticas sociais, repassando-as à sociedade civil (PERONI, 2006). Nesse contexto, a relação de parceria entre o público e o privado torna-se relevante na gestão da educação, principalmente, com a incorporação de outras variáveis como: o público como estatal, o privado, o terceiro setor e o público nem estatal nem privado com interesses na promoção das políticas sociais.

Segundo Gentili (1998), a revolução educacional feita pelos neoliberais

[...] propõe uma profunda reforma administrativa que reconheça que tão somente o modelo de gestão empresarial pode desempenhar um papel eficaz na destinação de recursos e na produção de informações necessárias na implementação de mecanismos competitivos meritocráticos. Estes devem ser adaptados à gestão da escola. (GENTILI, 1998, p. 19).

Assim, para os neoliberais, a educação deve ser tratada como um bem submetido às regras competitivas do mercado em que cada aluno deve ser responsável e estimulador do seu aprendizado, se quiser competir de forma igualitária. Para tanto, o caminho mais viável desse processo é transferir a educação da esfera política pública para a esfera do mercado, negando a sua condição de direito social, para se transformar em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores em adquiri-la.

A inserção do Terceiro Setor na educação

As transformações das estruturas produtivas, o advento da globalização e as mudanças na organização do Estado, proporcionaram o fortalecimento das relações de parcerias público-privado. O objetivo é definir as políticas sociais no Brasil, as quais são disfarçadas de ações cidadãs, desencadeadas por um modelo de gestão a favor do mercado e de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil.

Têm-se, nesse processo, a materialização das políticas governamentais brasileiras que, a partir da década de 90, impulsionou o aumento das parcerias entre o setor privado e a esfera pública, solidificando o 'terceiro setor' por meio da descentralização, setorialização e focalização destas políticas. Deste modo, a educação brasileira recebe fortes influências das reformas empreendidas no Estado brasileiro, em especial, no período do governo FHC (1994 -1998).

A reforma do Estado apresenta-se como estratégia de descentralização das ações e atividades de responsabilidade do Estado, do nível central da administração para o nível local ou para a iniciativa privada. Sobretudo aquelas voltadas para o atendimento das questões sociais, mediante a descentralização da gestão e de parcerias que são realizadas entre o Estado e a sociedade civil, em que se promove a transferência de recursos da esfera pública para o setor privado, assim como o atendimento das demandas sociais. Nesse processo, o modelo gerencial de gestão combina plenamente com esse novo formato organizacional em que privilegia o atendimento ao cidadão de maneira focalizada e, supostamente, mais 'eficiente' (BRASIL, 1995). Para Pereira (1997),

[...] a reforma ou reconstrução do Estado, particularmente pela via da Reforma Gerencial da administração pública é uma resposta ao processo de globalização em curso, que ameaça reduzir a autonomia dos Estados na formulação e implementação de políticas, e, principalmente, à crise do Estado. (PEREIRA, 1997, p. 31).

A lógica dessa nova gestão é determinar o esvaziamento das políticas de bem-estar social por meio de corte de gasto do governo e repassar parte das políticas sociais para o setor privado. Para tanto, o governo adota um conjunto de políticas definidas pelo Banco Mundial

focado na racionalidade financeira. Os investimentos em educação passam a ser definidos a partir da compreensão de que o Estado só pode arcar com as despesas que resultam em retorno econômico. Dessa forma, o compromisso do Estado com a educação pública obrigatória e gratuita mantém-se no limite do ensino fundamental. A partir deste nível, o Estado mantém financiamento restrito apenas para atender às demandas de formação de quadros de produção de ciência e tecnologia para atender aos interesses do mercado internacional. (FERREIRA, 2011).

Pontua-se, que, a partir da década de 90, com a redefinição do papel do Estado no Brasil, decorreram novas estratégias para a execução das políticas educacionais através das relações público/privado, quando se acentuou a lógica de mercado nos sistemas de ensino e de suas unidades escolares, com vistas à eficiência e eficácia da educação.

Nessa conjuntura, surgem propostas exitosas, visando atender os interesses do capital no tocante à qualidade do ensino público, proporcionarão mudanças significativas na gestão escolar, a exemplo, o Programa Gestão Nota 10, de autoria do Instituto Airton Senna, indicado no rol das boas tecnologias do MEC. O programa é um exemplo de deslocamento do foco do problema para ações empreendidas por instituições do Terceiro Setor, com o repasse de recursos públicos para a iniciativa privada. Para o IAS, os problemas de ensino/aprendizagem passam a ser analisados por resultados apresentados pelos alunos, sem contemplar, nesta análise, a totalidade da política educacional, sua inserção no mundo do real que é constituído de relações sociais, econômicas e políticas. (PERONI, 2006).

No Maranhão, essas parcerias estão materializadas por meio dos diversos projetos e programas adotados pelo governo do Estado, via acordo firmado com o Banco Mundial no financiamento dos projetos como: projeto Nordeste para capacitação de gestores e Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA), Tele-Curso 2000 da Fundação Roberto Marinho, Viva Educação, o programa de formação profissional com a VALE, bem como o Programa Gestão Nota 10, Acelera Brasil, Escola Campeã do Instituto Airton Senna, além da atuação de diversas ONGs. (COUTINHO, 2008).

Essas 'parcerias' entre o Estado e o 'terceiro setor' -, utilizadas como estratégia de reestruturação do capitalismo -, têm a clara função ideológica de encobrir o seu real fundamento e ostentá-lo em

“transferência”. Assim, desvia a população do enfrentamento/aceitação deste processo como garantia para a manutenção do sistema capitalista e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo. (MONTAÑO, 2008).

A atuação da Fundação Ayrton Senna na gestão da educação no Estado do Maranhão: Análise do Programa “Gestão Nota 10”

Na década de 90, do século passado, a educação passou a ser alvo de planos e programas, visando um ciclo de reformas oriundas do Governo Federal, sob as orientações dos organismos internacionais, destacadamente o Banco Mundial, a UNESCO, CEPAL, em razão dos baixos índices de escolaridade e precária formação para o trabalho. No caso do Maranhão, a educação assume posições desfavoráveis no ranking nacional com elevada taxa de analfabetismo (em torno de 55%), enquanto que a média nacional era de 18,9%, além das distorções idade/série e taxas de evasão e repetência. Segundo dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a taxa de distorção idade/série no ensino fundamental, no Maranhão, era de 65,8%, nos anos de 1999, de 62,3% em 2000, de 62,6% em 2001, 81,7% em 2002. Nesses dados, também, a constatação de que apenas 20,2% dos matriculados concluíram o ensino fundamental em 1999 e 20,7% em 2001. A taxa de evasão e repetência durante o segundo mandato do Governo de Roseana Sarney, compreendido entre 1999 a 2002, foram as seguintes: a) evasão – 19,2% em 2000; 37% em 2001; 20,7% em 2002; b) repetência: 30,4% em 2000, 27,8% em 2001, 27,1% em 2002. (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012).

Para combater tal situação, foram criados dois programas de aceleração de estudos para alunos em distorção idade/série, entre a 1ª e 4ª série do Ensino Fundamental e, o Avanço Escolar, para as demais séries. Tais programas foram formulados e implantados nas escolas sem a prévia anuência e discussão com a comunidade escolar. O que aconteceu com outros programas adotados. O caso mais recente foi o Gestão Nota 10, adotado pela SEDUC e, posteriormente, comunicada a adesão numa reunião geral realizada pela SEDUC com os diretores. Nesse evento, os diretores e coordenadores tomaram conhecimento da referida proposta e dos mecanismos de implantação, prazos e demandas.

O papel do Instituto é buscar parceiros para o desenvolvimento de projetos através do diagnóstico de escolas e regiões com o menor IDEB. Este é realizado através do resultado da prova Brasil e do ENEM, estando presente nos estados duas vezes por ano, no período em que se caracteriza o planejamento anual das escolas e no momento da apresentação do relatório final em que são compartilhados os dados alcançados ou não pelas escolas conforme metas estabelecidas pelo programa Gestão nota 10.

A parceria ocorrida entre o Governo do Estado do Maranhão com o Instituto Ayrton Senna, no desenvolvimento do Programa Gestão Nota 10, tem como meta capacitar os gestores das escolas públicas a trabalhar com indicadores e metas gerenciais, permitindo, segundo diagnóstico do IAS, identificar os principais entraves que geram o insucesso da aprendizagem no ensino fundamental. O programa Gestão Nota 10 engloba, ainda, os programas: *Circuito Campeão*, que gerencia a aprendizagem e os resultados das séries que compõem a primeira fase do Ensino Fundamental, por meio de práticas gerenciais e avaliações sistemáticas e o *Se Liga e Acelera*, direcionados para correção de fluxo, ou seja, o combate à distorção idade/série, à repetência e à evasão escolar.

O instituto Ayrton Senna configura-se nesta relação como o parceiro experiente no desenvolvimento de competências técnicas que visa contribuir com a gestão escolar no atendimento das metas de sucesso: a) cumprimento dos 200 dias letivos; b) frequência dos professores (98%); c) frequência dos alunos (98%); d) reprovação por falta (2%); e) aprovação (95%); f) atendimento dos alunos com distorções idade-série (5%) e, g) alfabetização ao final da 1ª série-ciclo, com 07 anos (95%). O atendimento desses indicadores, segundo o IAS, funciona como o termômetro do processo educacional, cujos diagnósticos e análises revelam os caminhos para o desenvolvimento das competências técnicas, sendo essencial para o alcance da autonomia administrativa e pedagógica, além de imprimir um perfil gerencial pautado na eficiência e eficácia do trabalho escolar.

Os indicadores de sucesso identificados pelo IAS são fundamentados em 04 eixos macros: gestão da aprendizagem (preocupação com a quantidade e qualidade do aluno); gestão do ensino (preocupação com a qualidade do trabalho do professor); gestão da rotina escolar (corresponde ao dia-a-dia da escola, do fazer escolar,

organização da sala de aula, controle e frequência administrativa etc.) e gestão da política pública (visa a intencionalidade do governo na afirmação de programas e projetos sociais). A base desses fundamentos é o fortalecimento das competências técnicas do gestor para que ele possa atuar de forma proativa e consciente de suas responsabilidades.

De acordo com o Relatório CNPq 401434/2008-7 em que se analisa as consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional, organizados por Peroni e Adrião (2011),

O desenho dos programas propostos pelo IAS e aqui destacados, apresentam-se aos olhos dos gestores locais, como opção de política educacional, cuja justificativa tanto para o IAS, quanto para aqueles que decidem implantá-los, fundamentados pelo pífio desempenho das escolas públicas no atendimento aos interesses dos setores populares e dos contingentes de excluídos que a ela tiveram acesso a partir dos anos 90. Se esse diagnóstico é aceito por distintos setores (pesquisadores, educadores, gestores públicos, sindicalistas, etc.), as estratégias propostas pelos programas sugerem uma avaliação mais atenta sobre as consequências de sua adoção para a gestão da escola e dos sistemas escolares, uma vez que, a nosso ver, para além de indicadores quantificáveis de desempenho, merecem relevo para análise das políticas os processos observados nas escolas. (PERONI; ADRIÃO, 2011, p. 30).

Constata-se, nesta relação de parceria, que a Coordenação do Gestão Nota 10, vem cumprindo, sistematicamente, suas obrigações com o programa, atuando de forma verticalizada no processo de fiscalização das metas, gerenciando o desenvolvimento do programa, através da articulação com a Secretaria de Educação do Estado. Entretanto, na operacionalização do programa, os segmentos envolvidos não dialogam entre si, a exemplo: o IAS reúne-se com a SEDUC, que por sua vez dialoga com a Coordenação geral do Programa no Maranhão, que por sua vez dialoga com os Coordenadores das URE'S, que por sua vez repassa as informações para os supervisores técnico, que por sua vez faz chegar ao gestor escolar. Nesse processo, não há um espaço democrático de diálogo e debate, principalmente, no que tange à escola, segmento responsável pelo desenvolvimento do referido programa. Esta por sua

vez recebe as informações em cadeia, fragmentada e desprovida da realidade em que se insere. O programa promove, ainda, formações, denominadas de *foco*, com vista a fortalecer o trabalho dos supervisores e gestores, propõe implantação de novas ferramentas, com o fim de melhorar os indicadores, tais como, a inclusão do programa de correção de fluxo, *Se Liga* e *Acelera*.

A Coordenadora do Gestão Nota 10, pessoa indicada pelo IAS, é vista como a gerente responsável pelo processo, que pensa e planeja as ações macro. Está presente nos planejamentos anuais quando acontece a apresentação dos resultados pelos gestores escolares e reúne-se com o Secretário de Educação e sua equipe da SEDUC, para discutir os resultados e propor as formas de intervenção que retornará para a escola como ação a ser desenvolvida.

A escola, por sua vez, não participa do diálogo entre a Coordenação do Gestão Nota 10, com o Secretário de Educação e sua equipe, cabendo-lhe, somente, a condição de transmitir os resultados para os professores e técnicos administrativos bem como de reiniciar o trabalho de forma a alcançar as metas propostas pelo Gestão Nota 10. Portanto, configurando relações de subordinação e hierarquização intensas, em que a escola fica reduzida a receptora de 'novidades metodológicas' para a gestão, para o trabalho do professor e o desempenho dos alunos.

Cabe ressaltar que as metas estabelecidas pelo programa não foi consensuada com as escolas, isto é, estas tomaram conhecimento do programa já na sua fase de implantação, momento em que receberam as obrigações de fazer com que o discurso das ações seja efetivado para melhoria da gestão escolar. Essas metas são as mesmas utilizadas em todas as regiões em que o Instituto Ayrton Senna esteve desenvolvendo o trabalho de parceria.

A falta de diálogo entre profissionais, principalmente entre as diversas áreas do conhecimento inviabiliza uma ação coletiva, ou seja, uma formação crítica e cidadã. Compreende-se que uma das grandes lacunas na atuação do gestor é a falta de formação profissional que o dificulta entender como o adolescente aprende. A grande mazela dos baixos resultados entre a prova Brasil e ENEM perpassa pela falta de diálogo entre a escola, professor, aluno, supervisor, pais e Secretaria de Educação, sobre o qual jamais se desenhará uma ação coletiva.

Ainda, conforme relato dos profissionais da SEDUC envolvidos no programa, percebe-se conflito de juízo de valor quanto à atuação do IAS. Estes profissionais (SEDUC) destacam que, antes da chegada do IAS, os dados das escolas eram soltos e que as decisões eram tomadas somente no final do ano e que o programa ajudou a sistematizar e ordenar as tomadas de decisões em tempo real. Todavia, convém ressaltar que o encontro entre a equipe do IAS com os gestores e SEDUC se dá no planejamento anual, ou seja, as tomadas de decisões continuam acontecendo no final do ano. Quanto aos resultados, há o registro nos diários que são permanentes, embora as discussões se percam no vazio por falta de apoio e diálogo com os diversos segmentos responsáveis pela educação no Estado.

Em análise ao trabalho desenvolvido pela Escola Y, a gestão relata que o programa não atende aos interesses da referida escola, pois não contempla a realidade vivenciada e muito menos lhe proporciona autonomia para tomar decisões. Afinal, continua trabalhando com uma realidade de 45 alunos por sala, com falta constante de professores, sem material, professores desmotivados, alunos indisciplinados, pais omissos e Secretaria de Educação distante da escola. O programa gestão nota 10 lhe remete a um retrabalho quando tem que transferir os dados do diário de classe para os formulários prontos do Gestão Nota 10. Além disso, a escola não possui uma equipe de profissionais que possa dar suporte ao desenvolvimento do referido programa, sobrecarregando o gestor que, ainda, tem que resolver problemas administrativo, financeiro, pedagógico e de manutenção.

A operacionalização do Programa Gestão Nota 10 no Maranhão

Atualmente o programa atende 545 escolas, dentre elas, 183 são do Ensino Médio, em 162 municípios maranhenses, contabilizando 242.990 alunos e 6.983 turmas, o que representa 30% de escolas no Estado do Maranhão. (MARANHÃO, 2013).

O desenvolvimento do programa se dá mediante socialização do material de apoio fornecido pelo IAS que serão preenchidos pelos professores e diretores escolares. Os dados como notas, frequência, presenças, evasão são tabulados, mensalmente, em formulários prontos, disponibilizados pelo IAS como ferramenta de acompanhamento dos

indicadores da escola. O diretor escolar, por sua vez, faz um relatório consolidado dos dados, averiguando se as metas propostas foram alcançadas. Esse material é enviado para a SEDUC que, por sua vez, registra os dados no SIASI⁴ para análise e avaliação do IAS. Posteriormente, esse material retorna à equipe da SEDUC com indicações de melhorias quanto ao planejamento das metas para os anos subsequentes.

Os dados coletados correspondem ao número alunos matriculados, relacionando idade-série, número de alunos aprovados nos anos anteriores, nº de evasão e repetência por série, a relação de professores ativos na escola e a equipe administrativo-pedagógica. Cabe ressaltar que a participação dos professores no programa esta corresponde à efetivação das ações em que apresentam resultados insatisfatórios para o programa.

Diante dos resultados, a gestão local do Instituto Ayrton Senna solicita que a escola estabeleça metas para melhorar os indicadores estabelecidos por meio de propostas engessadas, sem que haja espaços de discussões entre o pessoal da SEDUC/IAS e a gestão escolar, professores e alunos. O IAS serve-se do direito de fiscalizar o andamento do projeto Gestão Nota 10, realizando auditorias, verificação de cumprimento de metas etc.

O programa é conduzido por uma equipe técnica do IAS, denominado de Técnico-Especialista, responsável pelo acompanhamento deste no Estado, colocando-se como interlocutora entre o IAS e a SEDUC. Percebeu-se no percurso do trabalho, que o Instituto utiliza-se das mesmas estratégias delineadas em outros municípios, ao homogeneizar os problemas educacionais e propondo alternativas imediatistas e de curto prazo para atender às necessidades dos sujeitos envolvidos e, ao mesmo tempo, 'combater' as mazelas originadas pelas desigualdades sociais. Ao diagnosticar os problemas de ensino-aprendizagem, estes são analisados e trabalhados a partir dos dados individuais dos alunos oriundos da evasão e repetência. Contudo, sem compreender a totalidade da política educacional da região e muito menos quem são os sujeitos desse processo, ou seja, exclui-se o contexto social e cultural

⁴ O SIASI é um banco de dados on-line, concebido pelos envolvidos na parceria como ferramenta de gestão, desenvolvido pela Empresa Auge Tecnologia e Sistema, empresa parceira do IAS.

em que os alunos estão inseridos. Mesmo assim, influencia no currículo escolar e na gestão pública.

Conclusão

As discussões presentes permitiram a percepção de que o terceiro setor adentrou a educação nos estados brasileiros, amparado pela reforma do Estado e financiado por organismos internacionais. Sob o discurso da 'solidariedade social empresarial', instituiu na gestão da educação a realidade do modelo privatizante do 'quase-mercado', através da adoção de modelos de gerenciamento empresarial, constituindo, para este fim, o domínio empresarial sobre o espaço público-estatal e fomento do segmento 'público-privado', quando se consolida a ineficiência do público. Nesse intuito, amplia-se o espaço para o crescimento do Mercado. (PERONI; ADRIÃO, 2011).

A expansão do campo de atuação do Terceiro Setor, em parceria com órgãos públicos, possibilitou a criação de novas entidades e programas sociais oriundos de antigas entidades reformistas e conservadoras, ou de entidades novas criadas sob princípios neoliberais. As proposições emanadas por essa relação de parceria contribuiu, na década de 90, para a consolidação de ações voltadas para educação, por ter se constituído em um campo fértil de implementação e execução de projetos sociais.

Desse modo, destaca-se que o Maranhão, estado com característica de uma organização oligárquica, seguiu à risca os princípios norteadores da reforma nacional. O que fez respaldando-se no discurso da eficiência, eficácia e controle de gastos no tocante ao desenvolvimento das políticas públicas, promovendo uma série de mudanças, de caráter pontual, com o fim de alinhar as políticas sociais aos interesses do capital, bem como diminuir a intervenção estatal no desenvolvimento dessas políticas.

As estratégias utilizadas no desenvolvimento do programa Gestão Nota 10 traz, no seu bojo, a responsabilização da escola e de sua equipe pedagógica quanto à ineficiência e improdutividade do trabalho educativo. Contudo, percebe-se que, nas ações e atribuições elencadas aos segmentos envolvidos no programa, há uma transposição das obrigações, antes realizadas pelo estado, para a organização do terceiro

setor, desencadeando um processo de sucateamento da educação, mecanizando o fazer pedagógico da escola.

O programa gestão Nota 10 até pode melhorar as estatísticas educacionais do Estado se, de fato, alcançar as metas propostas, mas não garantem a qualidade do ensino-aprendizagem, na medida em que não oportunizam, efetivamente, uma revolução no sistema escolar que permita ao professor repensar a sua prática pedagógica e à escola redimensionar ou rever o seu papel na sociedade.

Referências

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília, 1995.

CASASSUS, Juan. Reforma Educacional na América Latina no contexto de globalização. **Caderno de Pesquisa**, n. 114, p. 7-28, nov. 2001.

CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Políticas de formação do educador no Maranhão**: análise de programas governamentais implementados entre 1996 e 2002. São Luís: EDUFMA, 2011.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. **Política educacional e ONGS**. São Luis: EDUFMA, 2008.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Igreja Católica/Educação: pressupostos e evolução no Brasil. In: PAIVA, Vanilda (Org.). **Catolicismo educação e ciência**. São Paulo: Loyola, 1991. p. 99-110.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

LOMBARDI, José Claudinei; JACOMELI, Mara Regina M.; SILVA, Tânia Mara T. da. (Orgs.). **O público e o privado na história da educação brasileira**: concepções e práticas educativas. Campinas: Autores Associados, 2005.

MARANHÃO. Secretaria de Educação. **Relatório de Gestão do Programa Gestão Nota 10 - 2010-2012**. São Luís: SEDUC, 2013.

MISKALO, Inês Kisol. **Sistemática de acompanhamento: Gestão Nota 10**. São Paulo: Global, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e questão social: crítica ao padrão emergente da intervenção social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MORALES, Carlos Antonio. Nem privado nem estatal: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. **Revista do Serviço Público**, n. 4, dez./out. 1998.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; ROSAR, Maria de Fátima Félix (Orgs.). **Política e gestão do trabalho**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PEREIRA, Luiz Carlos Pereira Bresser. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

PERONI, Vera. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V.; BAZZO, V. L.; PEGORARO, L. (Orgs.). **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Teresa. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional: Relatório CNPq nº 401434/2008-7**. Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNA%20RELATORIO.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.

SILVA, Maria Abadia da. **Intervenção e consentimentos: a política educacional do Banco Mundial**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fapesp, 2002.

SOUSA, Ana Paula R. de. **As interfaces entre o modelo neoliberal e as políticas educacionais no contexto das reformas curriculares da década de 1990**. Anteprojeto (Mestrado) – Universidade Federal do

Maranhão, São Luís, 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação no Brasil**: números no Brasil: dados por estado: Maranhão. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/dados-por-estado/maranhao/>>. Acesso em: 10 abr. 2013.